



Gerência de Regulação Portuária

**ANEXO – ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES ORIUNDAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 07/2017 DE 20/12/2017**

**CONTRIBUIÇÕES DA GERÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS - GAP**

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
-------------	----	--------------	----------------------------	--------	--------

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
Art. 1º Esta Resolução Normativa tem por objeto estabelecer os procedimentos para autorização de construção e exploração de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo, conforme o disposto no artigo 8º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; no artigo 14, inciso III, alínea "c", da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e no artigo 26 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.	1	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (00394460040798)	<p>1. Recomenda-se que se explicita, no texto da resolução proposta, que esta, quando vigente, revogará a Resolução Antaq nº 3.290, de 13 de fevereiro de 2014.</p> <p>2. Recomenda-se que a Antaq aprimore sua análise de impacto regulatório, identificando, mesmo que apenas qualitativamente, os agentes mais impactados pelas propostas de regulamentação, identificando tanto benefícios quanto custos associados à proposta.</p> <p><b>Justificativa:</b> A íntegra das contribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) foi consignada por meio do Parecer SEI nº 2/2017/COGTR/SUCON/SEAE-MF, de 19 de dezembro de 2017. O mencionado parecer foi enviado para a Antaq, usando-se o SEI, para o endereço de e-mail disponibilizado no âmbito da presente audiência pública, qual seja: anexo_audiencia72017@antag.gov.br. Quando ao item 1 desta contribuição - realizada no âmbito da presente audiência pública, na proposta ora analisada, não se encontra disposição acerca da revogação da norma que está vigorando atualmente. Nesse sentido, recomenda-se que agência mencione, explicitamente, que a norma proposta, quando válida, revogará a Resolução Antaq nº 3.290/2014. Quanto ao item 2 desta contribuição, apesar de a Antaq ter disponibilizado duas notas técnicas no âmbito da audiência pública ora analisada, a agência não fez nenhuma análise quanto aos agentes impactados pela proposta nem quais os eventuais benefícios e custos, incluindo como a própria agência será afetada pelas alterações propostas. Nesse sentido, recomenda-se que a agência aprimore sua análise de impacto regulatório, identificando, mesmo que apenas qualitativamente, os agentes mais impactados pelas propostas de regulamentação, identificando tanto</p>	<b>Sugere-se o acolhimento do item 01</b>	<p>O item 1 deve ser traduzido em um artigo nas disposições finais. Quanto ao item 2, sugere-se remessa a questão ao setor regulatório da Antaq, a fim de se avaliar a necessidade do aprimoramento da análise regulatória</p>

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
Art.2º, X - Termo de Liberação de Operação - TLO: documento que autoriza o início da operação de instalação portuária autorizada; e	2	SINDICOM (33632985000127)	X - Termo de Liberação de Operação - TLO: documento que autoriza o início da operação de instalação portuária privada. <b>Justificativa:</b> Termo “privado” denota maior liberdade do que o conceito de “autorizatório”. Além disso, o art. 2º, IV, da Lei 12.815/13 utilizada o conceito de “terminal de uso privado”.	<b>Sugere-se acolhimento</b>	Salvo melhor juízo, não há óbices à alteração proposta.
Art. 4º A documentação consistirá em:	3	DCM ADVOGADOS ASSOCIADOS (08360302000182)	Art. 4º A documentação consistirá em: (...) XIII - certidão declaratória acerca da disponibilidade do espaço físico em águas públicas, expedida pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU ou por outro ente com atribuição equivalente, se for o caso. <b>Justificativa:</b> Esta contribuição visa questionar a supressão da exigência de certidão de disponibilidade de espaço físico sobre águas públicas dos interessados em obter autorização de construção, exploração e ampliação de de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo. Como frisou a Procuradoria Federal junto à ANTAQ (Parecer Jurídico Nº 61/2017/NCA/PFANTAQ/PGF/AGU), "o fim de sua exigência pode gerar significativas dificuldades para a análise dos requerimentos, sobretudo para a aferição da viabilidade locacional, que passou a ser de responsabilidade da Agência". Isso porque: "a disponibilidade de espaço físico em águas públicas é um elemento a ser considerado neste levantamento". De fato, em que pese sejam conceitos que não se confundam, o juízo acerca da viabilidade locacional de propostas, nos termos do art. 30, parágrafo único, do Decreto 8.033, de 2013, hoje competência delegada à	Já contemplado.	O parágrafo 4º do artigo 4º do texto original da Resolução 5817/2017 não é excludente do espelho d'água quando do termo “área requerida”.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			ANTAQ, pressupõe um exame de disponibilidade da área aquática para a eventual implantação dos projetos de instalação portuária de todos os interessados. Nesse sentido, embora a apresentação desse documento possa aparentar ser de pouca relevância nas hipóteses em que há apenas um interessado, ela se revela imprescindível ao processamento dos pedidos, quando há projetos conflitantes de diferentes requerentes, mormente diante de terrenos lindeiros. Não haveria que se falar em processo seletivo entre propostas, afinal, se estivesse indisponível a área disputada para um dos postulantes. Da mesma forma, seria gravemente prejudicado o exame de viabilidade locacional de ampliação portuária solicitada – condição para que o pedido seja processado na forma preconizada pelo art. 35 do Decreto 8.033, de 2013. Excluir sumariamente a exigência da certidão em comento, tendo em vista apenas as hipóteses não litigiosas, geraria grave vácuo normativo e dificuldades práticas para a resolução dos demais casos. Daí porque, com base na autorização conferida pelo art. 27 do Decreto 8.033, de 2013, a exigência deveria ser reinserida na minuta de resolução, compatibilizando-a, inclusive, com os demais normativos do poder concedente (como o art. 5º da Portaria nº 110 da extinta Secretaria de Portos) ou da própria SPU, que também a preveem.		
	4	SINDICOM (336329850001 27)	Inserir o §§ 6º e 7º “§ 6º Caso, no decorrer do processo de análise do requerimento, alguma das certidões previstas neste artigo venha a ter sua validade expirada, a requerente deverá apresentar nova certidão válida a Antaq apenas no momento da assinatura do contrato de adesão, não sendo		O § 6º já está contemplada no §3º do artigo 4º da revisão GAP da Resolução 5817/2017.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			<p>necessário renovar as certidões ao longo do processo.”</p> <p>“§ 7º A interessada deverá apresentar declaração de que não se utiliza de infraestrutura terrestre e/ou aquaviária construída e/ou mantida por Autoridade Portuária ou, caso se utilize, declaração da Autoridade Portuária Estadual e de que a interessada, assim como as pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, sejam-lhe controladoras, controladas, coligadas, ou de controlador comum, se encontram, perante a ela, adimplentes”</p> <p><b>Justificativa:</b></p> <p>§ 6º - Desburocratização e celeridade do processo. Os diversos órgãos e autarquias públicos possuem processos e trâmites diferenciados e não uniformes. Desta forma, a necessidade de revalidar uma certidão sempre que esta tiver sua validade expirada poderá impactar em longos atrasos no processo, visto que algumas certidões necessitam ser renovadas a cada 30 dias. § 7º -Inserir parágrafo deixando claro que para o processo de regularização exige que sejam apresentadas as certidões de adimplência perante à Autoridade Portuária do Estado e Município onde se encontra a embarcação a fim de desburocratizar e dar celeridade ao processo.</p>	<p>§6º Já contemplado.</p> <p>§7º sugere-se não acatar.</p>	<p>A alteração sugerida para o § 7º não apresenta razões técnicas ou econômicas, ou mesmo concorrencial que a justifique.</p>
VIII - consulta à autoridade aduaneira;	5	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO	<p>VIII - consulta à autoridade aduaneira ou outro documento de autorização que a instalação já existente possua;</p> <p><b>Justificativa:</b></p> <p>Agilidade no cumprimento da exigência. Esse documento já pode ser considerado um “nada a opor” da Autoridade Aduaneira.</p>	Sugere-se não acatar.	<p>Como se trata de um novo pleito, essa consulta deve ser atualizada contendo o novo objeto alvo da solicitação de outorga.</p>

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
		(32322349000136)			
IX - consulta ao respectivo poder público municipal;	6	Luiz Fernando Barbosa Santos (57680809704)	IX - consulta ao respectivo poder público municipal quanto a compatibilidade das instalações portuárias com o Plano Diretor do Município previsto pela Lei 10257/2001. <b>Justificativa:</b> Há a necessidade de uma maior interação entre os diversos planejamentos, notadamente, os territoriais no âmbito do município, regulados através do Estatuto das Cidades ( Lei 10257/2001). Assim, ao deixar expresso a exigência quanto aos aspectos do PDM, dá uma maior segurança jurídica ao investidor e, principalmente, quanto à harmonização dos diversos instrumentos de planejamento.	Sugere-se não acatar.	Texto exposto no inciso IX, do artigo 4º do texto original da Resolução 5817/2017.
	7	Luiz Fernando Barbosa Santos (57680809704)	IX - consulta ao respectivo poder público municipal, notadamente, quanto ao atendimento dos instrumentos de planejamento urbano previstos no Estatuto das Cidades (Lei 10257/2001) <b>Justificativa:</b> As instalações portuárias são altamente impactantes quanto aos aspectos de ordenação da cidade, notadamente, quanto aos aspectos geradores de tráfego que impactam sensivelmente, a vida da cidade. Portanto, há a necessidade da previsão de um melhor detalhamento quanto ao planejamento territorial no âmbito municipal	Sugere-se não acatar.	Texto exposto no inciso IX, do artigo 4º do texto original da Resolução 5817/2017.
	8	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL,	IX - consulta ao respectivo poder público municipal ou alvará de funcionamento para instalações já existentes; <b>Justificativa:</b> Agilidade no cumprimento da exigência. Esse Alvará já pode ser considerado um “nada a opor” do Poder Público Municipal.	Sugere-se não acatar.	Como se trata de um novo pleito, essa consulta deve ser atualizada contendo o novo objeto alvo da solicitação de outorga.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
		LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)			
Art.4º, XI - documentação comprobatória de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica e de que não possui qualquer registro de processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial; e	9	SINDICOM (33632985000127)	XI - documentação comprobatória de regularidade da sede da pessoa jurídica perante as Fazendas do Estado e Município onde será construída a instalação portuária e de que não possui qualquer registro de processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial; e <b>Justificativa:</b> Desburocratização e celeridade do processo. Deixar claro que as certidões necessárias são apenas do Estado e Município onde será construída a instalação portuária.	Sugere-se não acatar.	O inciso VII da revisão GAP da Resolução 5817/2017 já define o conceito de Requerente, superando o risco apresentado na proposta do Sindicom.
Art.4º, §1º No caso de compartilhamento de infraestrutura de acostagem entre instalações portuárias, para fins de cumprimento da alínea "c" do inciso V do caput, a descrição do terminal deverá ser apresentada juntamente com o contrato especificado no parágrafo único do artigo 45.	10	SINDICOM (33632985000127)	Excluir o §1º <b>Justificativa:</b> Sugerimos a exclusão do dispositivo, visto que contratos de compartilhamento de infraestrutura de TUPs são de natureza privada, e, portanto, não devem sofrer intervenção regulatória	Sugere-se não acatar.	A escrita do parágrafo sugere o mero conhecimento descritivo das instalações do terminal, não configurando intervenção regulatória <i>per si</i> . Por outro lado a Antaq tem por obrigação analisar a viabilidade locacional do empreendimento portuário.
	11	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (19372925000191)	Propõe-se a revogação do dispositivo. <b>Justificativa:</b> O Decreto de Portos garante aos Terminais de Uso Privado "a prerrogativa do autorizatário para disciplinar a operação portuária", nos termos do art. 35-A: Art. 35-A O contrato de adesão conterá cláusulas que preservem: (Incluído pelo Decreto nº 9.048, de 2017) I - a liberdade de preços das atividades, nos termos do art. 45 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e	Sugere-se não acatar.	Idem ao item anterior.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			(Incluído pelo Decreto nº 9.048, de 2017) II - a prerrogativa do autorizatário para disciplinar a operação portuária, nos termos do art. 30 da Lei nº 12.815, de 2013, sem prejuízo das competências da Antaq. (Incluído pelo Decreto nº 9.048, de 2017) Nesse sentido, a forma como será disciplinada atividade de exploração portuária é regida pelo autorizatário, de modo que, seguindo esta linha, a existência de compartilhamento de infraestrutura de acostagem deve se realizar de forma independente de requerimento à Agência, para cumprimento do disposto no art. 35-A do Decreto.		
Art.4º, §3º No caso de instalações portuárias voltadas ao transporte de passageiros, o memorial descritivo de que trata o inciso V do caput deverá contemplar:	12	VALE S.A. (33592510000154)	§3º No caso de instalações portuárias voltadas à prestação de serviço de transporte de passageiros, o memorial descritivo de que trata o inciso V do caput deverá contemplar: <b>Justificativa:</b> O objetivo é que a norma não abranja aquelas pequenas instalações voltadas exclusivamente para o transporte de colaboradores do continente para o Terminal e vice versa, ou seja, que servem apenas como ponto de embarque dos empregados para o Terminal e não têm o transporte de passageiros como atividade precípua.	Sugere-se acolhimento.	
Art. 5º A apresentação de documentação em desconformidade com o artigo 4º ensejará a notificação do interessado para promover, no prazo de 30 (trinta) dias, as adequações necessárias.	13	SINDICOM (33632985000127)	Inserir os §§ 2º e 3º e renomear o parágrafo único para § 1º “§ 2º Caso a única desconformidade seja o não atendimento ao art. 4º, inciso VII, deverá a Antaq prosseguir com a análise do requerimento, sem arquivamento ou indeferimento do processo. § 3º Na hipótese do parágrafo anterior, caso a irregularidade não seja sanada até o término do Processo Seletivo Público, mas todos os demais requisitos sejam cumpridos pela requerente, a Antaq poderá emitir uma	Sugere-se não acatar.	O inciso VII é de extrema importância e deve ser condição <i>sine qua non</i> para o andamento do processo, não sendo passível de prosseguimento na análise.



Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			<p>autorização provisória para construção e exploração da instalação, devendo conceder prazo não inferior a 12 meses para que a requerente regularize a desconformidade.”</p> <p><b>Justificativa:</b> Dificuldade de comprovação de propriedade em terrenos ribeirinhos ou costeiros. A flexibilização deste dispositivo permitirá que as requerentes obtenham a regularização da propriedade dos terrenos sem que seja sobrestado o processo de autorização, dando maior celeridade na construção e operação das instalações.</p>		
Art. 6º Recebido o requerimento, a Antaq providenciará a emissão de certidão comprobatória de regularidade da pessoa jurídica perante a Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	14	SINDICOM (33632985000127)	<p>Art. 6º Recebido o requerimento, a Antaq providenciará a emissão de certidão comprobatória de regularidade da pessoa jurídica perante a Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como todas as demais certidões que sejam expedidas pela própria Antaq.</p> <p><b>Justificativa:</b> Desburocratizar o processo. Por vezes, a agência solicita às requerentes certidões de adimplência que são emitidas pela própria Antaq. É importante que estas certidões sejam providenciadas pela própria Antaq ao longo do processo de autorização.</p>	Sugere-se não acatar.	A exigência documental já está ajustada no texto original da Resolução 5817/2017 como na revisão do mesmo pela GAP.
Art. 7º No prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do requerimento de que trata o artigo 3º desta Norma, a Antaq publicará em sua página eletrônica a íntegra de seu conteúdo e seus anexos.	15	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO	<p>Incluir o “parágrafo único” Parágrafo Único. Fica dispensada a fase do Anúncio Público nos casos de requerimentos de autorização de instalações portuárias privadas a serem realizados em áreas privadas.</p> <p><b>Justificativa:</b> 1 - No caso de investimentos privados em áreas Privadas, deve predominar o princípio da livre concorrência. Não deve haver exigência de anúncio</p>	Sugere-se não acatar.	Viola o princípio da publicidade.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
		(32322349000136)	público e chamada pública para investimentos privados que ocorram / existam em áreas privadas. 2- A realização de Anúncio Público para investimentos privados em áreas privadas gera insegurança para o investidor. 3 – Risco de se adquirir uma área para a realização do empreendimento sem a certeza de que essa área poderá ser convertida na operação de um terminal. 4 – Risco de limitar a livre concorrência e boas práticas de melhor preço ao mercado consumidor desses serviços		
Art. 10. O instrumento convocatório de abertura do Anúncio Público ou da Chamada Pública, fixará prazo de 30 (trinta) dias para identificar a existência de outros interessados na obtenção de autorização de instalação portuária na mesma região geográfica e com características semelhantes, cujos extratos serão publicados no Diário Oficial da União - DOU e na página eletrônica da Antaq, contendo as seguintes informações:	16	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Art. 10. O instrumento convocatório de abertura do Anúncio Público ou da Chamada Pública, fixará prazo de 30 (trinta) dias para identificar a existência de outros interessados na obtenção de autorização de instalação portuária em áreas públicas na mesma região geográfica e com características semelhantes, cujos extratos serão publicados no Diário Oficial da União - DOU e na página eletrônica da Antaq, contendo as seguintes informações: <b>Justificativa:</b> No caso de investimentos privados em áreas Privadas, deve predominar o princípio da livre concorrência. Não deve haver chamada pública para investimentos privados que ocorram/existam em áreas privadas.	Sugere-se não acatar.	Viola o princípio da publicidade.
Art. 10, V - estimativa de investimento	17	SINDICOM (33632985000127)	Exclusão do inciso V <b>Justificativa:</b> Esta previsão não constava na Resolução 3.290/14. Trata-se de informação sensível, estratégica e, portanto, confidencial da empresa que intentar obter a autorização para exploração da área, a divulgação desse dado é prejudicial e, por conseguinte, não deverá constar do Anúncio Público	Sugere-se não acatar.	A previsão de investimento é exigência legal da Lei 12.815/2013, assim como o cronograma físico-financeiro, por exemplo.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
Art. 11. A pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, interessada em atender ao Anúncio Público ou à Chamada Pública, deve manifestar formalmente seu interesse por meio de correspondência protocolizada na Antaq, instruída com a documentação referida no artigo 4º desta Norma, em formato físico e digital.	18	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Alteração do título da "Seção II" para: "Da Manifestação de Interesse para Investimentos em Áreas Públicas" <b>Justificativa:</b> Todos os dispositivos desta seção tratam única e exclusivamente de procedimentos para a realização/autorização de concessão pública, o que não é o caso de investimentos privados em áreas privadas.	Sugere-se não acatar.	Viola o princípio da publicidade.
Art. 15, §1º Para os fins desta Norma, considera-se viabilidade locacional a possibilidade de implantação física de uma ou mais instalações portuárias na mesma região geográfica que não gere impedimento operacional a quaisquer outras.	19	Luiz Fernando Barbosa Santos (57680809704)	§1º Para os fins desta Norma, considera-se viabilidade locacional a possibilidade de implantação física de uma ou mais instalações portuárias na mesma região geográfica que não gere impedimento operacional a quaisquer outras, e que esteja compatível com a Política Urbana expressa na Lei 10.257/2001 e na Política Nacional de Mobilidade Urbana expressa na Lei 12587/2012. <b>Justificativa:</b> A questão da viabilidade locacional não pode estar baseada em somente um planejamento setorial de um ente federado mas, também, com aderência e harmonia com os demais instrumentos de planejamento, principalmente, os territoriais. Portanto, há a necessária previsão na norma destes instrumentos, visando uma maior cooperação dos demais entes federados no processo de gestão das infraestruturas portuárias.	Sugere-se não acatar.	Já consta consulta ao Poder Público Municipal no inciso IX, no Artigo 4º no texto original da Resolução 5817/2017.
Art. 16 Manifestando-se a Antaq pela inviabilidade de implantação de instalação portuária de	20	DCM ADVOGADOS ASSOCIADOS	Art. 16 Manifestando-se a Antaq pela inviabilidade de implantação de instalação portuária de qualquer dos interessados habilitados, por gerar impedimento	Já contemplado	A definição de viabilidade locacional no texto <b>original da Resolução 5817/2017</b> já atende a questão.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
qualquer dos interessados habilitados, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para reformulação da proposta técnica.		(08360302000182)	operacional àquelas já existentes na região geográfica, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para reformulação da proposta técnica. <b>Justificativa:</b> A proposta não deixa claro que a inviabilidade capaz de inabilitar o interessado deve ser aferida apenas em relação às infraestruturas já existentes. É necessário especificar que a inviabilidade locacional em questão é aquela que impacta a continuidade das operações de uma instalação portuária em exploração. Caso se trate de inviabilidade de implantação concomitante de propostas de diferentes interessados para uma mesma área, o Decreto 8.033, de 2013, determina a realização de processo seletivo público (consoante também dispõe o art. 19 da proposta sob consulta), não autorizando a inabilitação sumária.		
Art. 16, Parágrafo único. Persistindo a inviabilidade locacional, o interessado será considerado inabilitado	21	DCM ADVOGADOS ASSOCIADOS (08360302000182)	Parágrafo único. Persistindo a inviabilidade locacional descrita no caput, o interessado será considerado inabilitado. <b>Justificativa:</b> A proposta não deixa claro que a inviabilidade capaz de inabilitar o interessado deve ser aferida apenas em relação às infraestruturas já existentes. É necessário especificar que a inviabilidade locacional em questão é aquela que impacta a continuidade das operações de uma instalação portuária em exploração. Caso se trate de inviabilidade de implantação concomitante de propostas de diferentes interessados para uma mesma área, o Decreto 8.033, de 2013, determina a realização de processo seletivo público (consoante também dispõe o art. 19 da proposta sob consulta), não autorizando a inabilitação sumária.	Já contemplado	Atendido pelo Artigo 16 do texto original da Resolução 5817/2017
Art. 18. A realização de Processo	22	FEDERAÇÃO	Art. 18. A realização de Processo Seletivo Público para	Sugere-se não	Viola o princípio da publicidade.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
Seletivo Público será dispensada quando:		NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	investimentos em áreas públicas será dispensada quando: Alteração também do título do "Capítulo V" para: "DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E DA SELEÇÃO PÚBLICA PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS PÚBLICAS" <b>Justificativa:</b> Todos os dispositivos deste capítulo tratam única e exclusivamente de procedimentos para a realização / autorização de concessão pública, o que não é o caso de Investimentos Privados em Áreas Privadas.	acatar.	
	23	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (19372925000191)	CAPÍTULO V DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO <b>Justificativa:</b> A Lei nº 12.815, de 2013, utiliza-se do termo “processo seletivo público”: Art. 8º Serão exploradas mediante autorização, precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, processo seletivo público, as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, compreendendo as seguintes modalidades. Assim, inexistente no ordenamento jurídico a figura da ‘seleção pública’, que traz consigo uma alusão mais forte à aplicação supletiva de regramentos públicos, tal como a Lei 8.666, de 1993. Deste modo, a alteração proposta na minuta de norma deve ser recusada.	Sugere-se acolhimento.	
Art. 19. Havendo mais de um interessado no Anúncio Público ou na Chamada Pública e constatada, justificadamente, a inviabilidade de implantação concomitante de todas as instalações solicitadas, a Antaq publicará, em sua página eletrônica, edital de convocação do processo seletivo que deverá	24	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO	Art. 19. Havendo mais de um interessado no Anúncio Público ou na Chamada Pública para investimentos em áreas públicas e constatada, justificadamente, a inviabilidade de implantação concomitante de todas as instalações solicitadas, a Antaq publicará, em sua página eletrônica, edital de convocação do processo seletivo que deverá conter, no mínimo: <b>Justificativa:</b> Este artigo trata única e exclusivamente de	Sugere-se não acatar.	Viola o princípio da publicidade.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
conter, no mínimo:		(32322349000136)	procedimentos para a realização / autorização de concessão pública, o que não é o caso de Investimentos Privados em Áreas Privadas. O Anúncio e Chamada Pública e a realização de um Processo Seletivo Público se justificariam para concorrências privadas em áreas PÚBLICAS, dignas dos arrendamentos e concessões de exploração de portos públicos, mas não entre diferentes investimentos PRIVADOS em áreas PRIVADAS.		
Art. 20, §4º A garantia a que se refere o parágrafo anterior será de até 2% (dois por cento) do valor do investimento informado nos termos do artigo 4º, inciso V, alínea "h" desta Norma, limitado ao montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).	25	TRANSPORTES BERTOLINI LTDA (04503660000146)	§4º A garantia a que se refere o parágrafo anterior será de até 1% (um por cento) do valor do investimento informado nos termos do artigo 4º, inciso V, alínea "h" desta Norma, limitado ao montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). <b>Justificativa:</b> O percentual de 2% pode se tornar inviável dependendo do tamanho do empreendimento e situação financeira da empresa que esteja pleiteando a outorga para um ETC, TUP, IPTI, etc	Sugere-se não acatar.	A limitação em até 500 mil reais surgiu justamente para não tornar inviável o empreendimento. Empreendimentos de grande porte estarão limitados a prestar uma garantia de 500 mil <b>NO MÁXIMO</b> . E se a situação financeira da empresa não permitir a ela uma prestação de garantia ínfima, fatalmente ela não terá como honrar os compromissos firmados para o investimento
Art. 21. A Seleção Pública adotará como critério de julgamento das propostas técnicas, de forma isolada ou combinada:	26	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (19372925000191)	21 A Seleção Pública adotará como critério de julgamento das propostas técnicas, de forma isolada ou combinada: <b>Justificativa:</b> A Lei nº 12.815, de 2013, utiliza-se do termo “processo seletivo público”: Art. 8º Serão exploradas mediante autorização, precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, processo seletivo público, as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, compreendendo as seguintes modalidades: Assim, inexistente no ordenamento jurídico a figura da ‘seleção pública’, que traz consigo uma alusão mais forte à aplicação	Sugere-se acolhimento.	

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			supletiva de regramentos públicos, tal como a Lei 8.666, de 1993. Deste modo, a alteração proposta na minuta de norma deve ser recusada.		
Art. 26. A autorização para construção e exploração de instalação portuária será formalizada mediante contrato de adesão celebrado entre o poder concedente e o autorizatário, com interveniência da Antaq, e conterà as cláusulas essenciais previstas no artigo 5º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, observado o disposto no artigo 8º desta mesma Lei, bem como as cláusulas exigidas pelo artigo 35-A do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.	27	SINDICOM (336329850001 27)	Inserir o parágrafo único Parágrafo Único Para a formalização da autorização de construção e operação de instalação portuária deve se observar o disposto nos artigos 4º, §§ 6º e 7º e 5º, §§ 2º e 3º. <b>Justificativa:</b> Alteração decorrente das proposições anteriores. Garantir que ao final do processo a requerente possua toda a documentação necessária e solicitada pela Antaq	Sugere-se não acatar.	A proposta contida no item 13 foi não foi considerada pertinente.
Art. 27. A autorização terá o prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que a atividade portuária seja mantida e o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e a modernização das instalações portuárias.	28	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (193729250001 91)	Art. 27. A autorização terá o prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que a atividade portuária seja mantida e o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e a modernização das instalações portuárias. Parágrafo único. Para os fins desse dispositivo, considera-se investimento necessário para a expansão e a modernização das instalações portuárias todo aquele que, <u>a critério da autorizatária, vier a ser submetido à Antaq juntamente do seu pedido de prorrogação.</u> <b>Justificativa:</b> A Lei nº 12.815, de 2017, facultou ao regulador prever a possibilidade de se condicionar a prorrogação do prazo de autorização à realização de novos investimentos: Art. 8º Serão exploradas mediante	Sugere-se não acatar.	O Artigo 27 já é suficiente para tratar da questão de investimentos em instalações portuária quando do pedido de renovação de outorga de autorização.



Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			<p>autorização, precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, processo seletivo público, as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, compreendendo as seguintes modalidades: § 2º A autorização de instalação portuária terá prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que:</p> <p>II - o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias, na forma do regulamento. Assim, aqueles responsáveis por regulamentar podem ou não condicionar a necessidade de prorrogação a novos investimentos. Contudo, no caso de exploração de atividade privada, o interesse público se restringe à manutenção da atividade. Isso porque, em se tratando de bens que são essencialmente não-reversíveis, a realização de investimentos deve ser integralmente confiada à livre escolha do particular. Não deve, portanto, a prorrogação da autorização ser condicionada a novos investimentos, motivo pelo qual sugere-se pela supressão dessa condição da minuta de norma.</p>		
	29	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (19372925000191)	<p>Art. 27 A autorização terá o prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que a atividade portuária seja mantida.</p> <p><b>Justificativa:</b></p> <p>A Lei nº 12.815, de 2017, facultou ao regulador prever a possibilidade de se condicionar a prorrogação do prazo de autorização à realização de novos investimentos: Art. 8º Serão exploradas mediante autorização, precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, processo seletivo público, as instalações portuárias localizadas fora da</p>	Sugere-se não acatar.	A proposta é inadequada por ferir o próprio inciso II que o contribuinte citou, que o obriga expressamente a promover investimentos necessários. Acho que o item 28 deve ser discutido, mas o item 29 fere a Lei Federal.



Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			<p>área do porto organizado, compreendendo as seguintes modalidades: § 2o A autorização de instalação portuária terá prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que:</p> <p>II - o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias, na forma do regulamento. Assim, aqueles responsáveis por regulamentar podem ou não condicionar a necessidade de prorrogação a novos investimentos. Contudo, no caso de exploração de atividade privada, o interesse público se restringe à manutenção da atividade. Isso porque, em se tratando de bens que são essencialmente não-reversíveis, a realização de investimentos deve ser integralmente confiada à livre escolha do particular. Não deve, portanto, a prorrogação da autorização ser condicionada a novos investimentos, motivo pelo qual sugere-se pela supressão dessa condição da minuta de norma.</p>		
Art. 29. O início da operação de instalação portuária deverá ocorrer em até 5 (cinco) anos, contados a partir da celebração do contrato de adesão, prorrogável a critério do poder concedente, mediante pedido justificado do autorizatário e apresentação de documentação comprobatória da exequibilidade do novo cronograma.	30	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (00394460040798)	<p>3. Recomenda-se que a Antaq especifique que, apenas em caso de força maior, haverá a possibilidade de prorrogação do prazo para início das atividades da instalação autorizada.</p> <p><b>Justificativa:</b> A íntegra das contribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) foi consignada por meio do Parecer SEI nº 2/2017/COGTR/SUCON/SEAE-MF, de 19 de dezembro de 2017. O mencionado parecer foi enviado para a Antaq, usando-se o SEI, para o endereço de e-mail disponibilizado no âmbito da presente audiência pública, qual seja: anexo_audiencia72017@antag.gov.br. Quando ao item</p>	Já contemplado.	Artigo 29 do texto original da Resolução 5817/2017 já atende a questão.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			3 desta contribuição - realizada no âmbito da presente audiência pública, esta Secretaria também reitera o que foi recomendado no Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias nº 278/COGTL/SEAE/MF, de 22 de outubro de 2013 - enviado à agência no âmbito da Audiência Pública Antaq nº 05/2013, que resultou na Resolução Antaq nº 3.290/2014 -, explicitando que, “apenas em caso de força maior, haverá a possibilidade de prorrogação do prazo para início das atividades da instalação autorizada”. Afinal, entende-se que cinco anos após a assinatura do contrato de autorização é um prazo mais do que suficiente para a instalação portuária iniciar suas atividades.		
Art. 30. O início da operação de instalação portuária ficará condicionado à emissão, pela Antaq, do Termo de Liberação de Operação - TLO, após o cumprimento das seguintes etapas:	31	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Incluir parágrafo 5: §5o A necessidade de emissão de Termo de Liberação de Operação – TLO de que trata o caput desse artigo não se aplica ao empreendimentos que já se encontram em operação. <b>Justificativa:</b> Para casos de terminais privados já existentes em áreas privadas, não deve ser aplicado esse disposto, pois o investimento já foi realizado antes da norma. E a empresa, dessa forma, encontra mais um obstáculo a superar, com o envio de um novo rol de documentos, quando não é novamente exigido o reenvio de documentos anteriores, isso após o longo prazo decorrido para a obtenção da Autorização, formalizado no Contrato de Adesão; Risco de uma instalação portuária privada já existente em área privada, gerando empregos e faturamento, ser considerada irregular, caso esteja passando por alguma condição que a impeça de enviar toda a documentação da TLO. Várias instalações privadas já se encontram em operação e estão localizadas dentro das polígonias de portos	Já contemplado.	O Artigo 30 do texto original da Resolução 5.817/2017 já expõe a condição básica para a exigência da TLO, ou seja: <b>Início de operação</b> , o que não é o caso de instalações já em operação antes da Lei 12.815/2013.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			organizados que ainda não sofreram a revisão. Com a Resolução Normativa n. 13, essas instalações passarão a ser consideradas TUPs mediante um instrumento de registro até que a respectiva poligonal seja revisada. Diante disso, no futuro, haverá inúmeros casos de TUPs que já se encontram em operação, não fazendo sentido a emissão de TLO também para esses casos.		
Art. 30, VII - afixação de placa identificadora da instalação portuária e indicativa dos meios de comunicação dos usuários com a Antaq, via atendimento 0800 ou Internet, confeccionada de acordo com os padrões e cores estabelecidos em normativo da Agência.	32	Luiz Fernando Barbosa Santos (57680809704)	VIII - apresentação da pactuação das normas do trabalho através, dos instrumentos normativos do trabalho com os respectivos sindicatos representativos das categorias de trabalhadores portuários. <b>Justificativa:</b> A Lei 12.815/13 ao definir que o trabalho nos portos deverão ser regulados através de instrumentos normativos do trabalho e, notadamente, nos terminais de uso privado, a contratação de trabalhadores deverá observar o disposto no contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho (Art. 44), obriga a previsão desta pactuação como condição à liberação para a operação da instalação portuária	Sugere-se não acatar.	Assuntos relacionados a questões trabalhistas já são tratadas na norma de fiscalização da Antaq além do que o Artigo 44 da Lei 12.815/2013 apenas <b>faculta</b> a questão em tela.
Art. 32. A transferência de titularidade da autorização somente poderá ocorrer mediante prévia análise da Antaq e aprovação do poder concedente, dispensada a celebração de novo contrato de adesão, desde que preservadas as condições originalmente estabelecidas na outorga em vigor.	33	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Art. 32. A transferência de titularidade da autorização de investimentos/instalações em áreas públicas somente poderá ocorrer mediante prévia análise da Antaq e aprovação do poder concedente, dispensada a celebração de novo contrato de adesão, desde que preservadas as condições originalmente estabelecidas na outorga em vigor. <b>Justificativa:</b> Este artigo trata única e exclusivamente de procedimentos para a realização / autorização de concessão pública, o que não é o caso de Investimentos Privados em Áreas Privadas.	Sugere-se não acatar	Toda e qualquer transferência de titularidade deve ser precedida de análise da Antaq, pois esta Agência é que promove a atualização cadastral e subsidia a análise de necessidade ou não de celebração de novo contrato de adesão.
Art. 34. A alteração ou inclusão do	34	ASSOCIAÇÃO	Art. 34. A alteração ou inclusão do perfil de carga	Sugere-se não	A legislação portuária, ao contrário do

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
perfil de carga movimentada, nos termos do artigo 10, inciso II, desta Norma, somente ocorrerá mediante a realização de Anúncio Público, com a consequente expedição de nova autorização pelo poder concedente		DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (19372925000191)	<p>movimentada, nos termos do artigo 10, inciso II, desta Norma, será precedida de publicidade, com a consequente expedição de nova autorização pelo poder concedente. § 1º A publicidade a que se refere o caput se dará por meio da publicação do requerimento de alteração ou inclusão do perfil de carga no Diário Oficial da União. § 2º Caso a Antaq não receba nenhuma manifestação de terceiros interessados ao final de 15 dias, o pedido de alteração ou inclusão será deferido, e o processo será encaminhado para a assinatura do novo contrato de adesão.</p> <p><b>Justificativa:</b></p> <p>A legislação portuária não prevê a figura do "perfil de carga", e tampouco estabelece qualquer limitação à sua alteração. Em julgados passados, o TCU reconheceu essa mesma possibilidade para terminais arrendados, que passaram por prévio processo licitatório. A mesma flexibilidade deve, portanto, ser reconhecida aos terminais autorizados. O perfil da carga, apesar de previsto no edital de Anúncio Público, não integra o núcleo da outorga ou do objeto contratado (que, a rigor, é meramente a "outorga de direito à exploração de instalação portuária" - cf. Lei 12.815, de 2013). Inclusive, o Anúncio Público tem a sua função restrita à averiguação da viabilidade locacional e de adequação às diretrizes do setor - aspectos que não são / não podem ser sensíveis ao perfil de carga pretendido pelo particular. Ainda assim, entendida a necessidade de publicidade dessa operação, propõe-se que o requerimento de alteração ou inclusão seja tornado público e, caso não haja terceiro interessado que se manifesta em um período de 15 dias, que seja aprovada a operação.</p>	acatar	que o contribuinte afirma, já prevê a figura de perfil de carga (art.11 da Lei 12815/13) nos anúncios públicos. Ademais, considero que a alteração do perfil de carga deve passar de fato pela realização de Anúncio Público. Na verdade, a única coisa diferente na proposta do contribuinte é o prazo de 15 dias, o que considero um prazo muito curto para conhecimento de novos interessados.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
	35	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Art. 34. A alteração ou inclusão do perfil de carga movimentada, nos termos do artigo 10, inciso II, desta Norma, somente ocorrerá mediante a realização de Anúncio Público, no caso de investimentos/instalações em áreas públicas com a consequente expedição de nova autorização pelo poder concedente. Alterar também o título da "Seção V" para: "Da Alteração ou Inclusão do Perfil de Carga, do Aumento da Capacidade, da Ampliação e da Alteração no Cronograma e no Montante de Investimentos em áreas públicas" <b>Justificativa:</b> Os dispositivos desta seção tratam única e exclusivamente de procedimentos para a realização / autorização de concessão pública, o que não é o caso de Investimentos Privados em Áreas Privadas.	Sugere-se não acatar	Idem exposição de motivos dos itens 22,24,33.
	36	TRANSPORTES BERTOLINI LTDA (04503660000146)	Art. 34. A alteração ou inclusão do perfil de carga movimentada, nos termos do artigo 10, inciso II, desta Norma, deverá ser comunicado ao poder concedente (ANTAQ) que analisará, podendo autorizar sem a realização de anuncio publico e em casos específicos efetuar a realização de anuncio publico. <b>Justificativa:</b> Ao estabelecer que a alteração do perfil de carga movimentada seja feita com realização de anuncio publico, gera demora no inicio da operação e também, há tipos de alteração que não justifica o anuncio publico, uma vez que o terminal ja esta instalado e em operação. Justificaria anuncio publico no caso de alteração de perfil onde tenha que alterar licenças de operações, como por exemplo: Terminal que não tenha licença para operar com movimentação de derivados de petróleo e deseja mudar o perfil para começar a	Sugere-se não acatar	Viola o princípio da publicidade.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			operar com movimentação de derivados de petróleo.		
	37	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (19372925000191)	<p>Art. 34. A alteração ou inclusão do perfil de carga movimentada, nos termos do artigo 10º, inciso II, desta Norma, deverá ser precedida de comunicação à Antaq.</p> <p><b>Justificativa:</b> O Anúncio Público se presta tão somente à averiguação da viabilidade locacional. Não há nenhuma cristalização de expectativas legítimas relativa ao perfil específico de carga. Ou, dito de outra maneira, o perfil de carga não integra um núcleo imutável do contrato de adesão. A alteração de carga que não implicar em inviabilidade operacional, portanto, deve estar sujeita tão somente à comunicação. Isso porque, conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 12.815, de 2013, o Poder Público deverá analisar a viabilidade locacional das propostas e sua adequação às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário. Qualquer alteração que não seja uma dessas elencadas acima, não enseja novo anúncio público: Art. 12. Encerrado o processo de chamada ou anúncio público, o poder concedente deverá analisar a viabilidade locacional das propostas e sua adequação às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário. § 1º Observado o disposto no regulamento, poderão ser expedidas diretamente as autorizações de instalação portuária quando: I - o processo de chamada ou anúncio público seja concluído com a participação de um único interessado; ou II - havendo mais de uma proposta, não haja impedimento locacional à implantação de todas elas de maneira concomitante. § 2º Havendo mais de uma proposta e impedimento locacional que inviabilize sua implantação de maneira concomitante, a Antaq deverá promover processo seletivo público, observados os</p>	Sugere-se não acatar	Viola o princípio da publicidade.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Isso não significa, contudo, que tal operação não possa ou deva ser comunicada ao poder público, para fins de inventariado da capacidade portuária instalada e realização de planejamento público mais bem embasado. Para além dessa comunicação, no entanto, deve-se supor que as alterações de perfil são sempre para o melhor atendimento das demandas em constante alteração.		
Art. 35. O aumento da capacidade de movimentação ou armazenagem da instalação portuária sem expansão da área original dependerá de comunicação ao poder concedente e à ANTAQ com antecedência de 60 (sessenta) dias, exceto quando vedado no contrato de adesão, dispensada a celebração de novo contrato ou aditivo.	38	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Art. 35. O aumento da capacidade de movimentação ou armazenagem da instalação portuária localizada em área pública sem expansão da área original dependerá de comunicação ao poder concedente e à ANTAQ com antecedência de 60 (sessenta) dias, exceto quando vedado no contrato de adesão, dispensada a celebração de novo contrato ou aditivo. <b>Justificativa:</b> Esse artigo trata única e exclusivamente de procedimentos para a realização / autorização de concessão pública, o que não é o caso de Investimentos Privados em Áreas Privadas.	Sugere-se não acatar	Idem exposição de motivos dos itens 22,24,33 e 35. A questão é imposição legal do Decreto 8.033/2013.
Art. 36. A ampliação da área da instalação portuária, desde que haja viabilidade locacional, dependerá de análise da Antaq e aprovação do poder concedente e será formalizada mediante aditivo contratual.	39	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, FLUVIAL, LACUSTRE E DE TRÁFEGO PORTUÁRIO (32322349000136)	Art. 36. A ampliação da área da instalação portuária em área pública, desde que haja viabilidade locacional, dependerá de análise da Antaq e aprovação do poder concedente e será formalizada mediante aditivo contratual. <b>Justificativa:</b> Risco de impedir que empresas que localizam-se em áreas privadas, ampliem suas instalações, ameaçando o direito por elas adquirido.	Sugere-se não acatar	Idem exposição de motivos dos itens 22,24,33 e 35 e 38. A questão é imposição legal do Decreto 8.033/2013.
	40	TRANSPORTES	Art. 36. A ampliação da área da instalação portuária,	Sugere-se não	A questão é imposição legal do Decreto



Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
		BERTOLINI LTDA (045036600001 46)	desde que não ultrapasse a área do terreno definida na outorga inicial e que haja viabilidade locacional, dependerá de análise da Antaq e aprovação do poder concedente e será formalizada mediante aditivo contratual. <b>Justificativa:</b> Esta redação concede ao terminais em operação, ampliar partes de suas instalações, tais como, silo, rampas, pátios de estacionamento, dentro das áreas internas já comunicadas/informadas à ANTAQ no momento da solicitação de outorga e também, desburocratiza o processo de ampliação interna sem expansão da área terrestre do terminal.	acatar	8.033/2013.
Art. 41. Na forma do artigo 58 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, os termos de autorização e os contratos de adesão em vigor antes da vigência da citada lei deverão ser adaptados, independentemente de Anúncio Público, Chamada Pública ou Processo Seletivo Público.	41	SINDICOM (336329850001 27)	Suprimir o artigo ou estipular na resolução cronograma próprio para que os detentores dos termos de autorização e dos contratos de adesão adaptem os contratos, devendo este prazo não ser menor do que 24 meses. <b>Justificativa:</b> O prazo previsto na lei 12.815/2013 já se encontra findado. Desta forma, não há sentido em fazer remissão a um dispositivo que não gerará efeitos práticos nesta nova resolução.	Sugere-se não acatar	Aguarda-se orientação do Poder Concedente conforme parágrafo único do artigo 3º do Decreto 9.048/2017.
Art. 42. Fica assegurada a possibilidade de adaptação dos atuais contratos de adesão às disposições do Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017	42	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (193729250001 91)	Art. 42. Fica assegurada a possibilidade de adaptação dos atuais contratos de adesão às disposições do Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017. Parágrafo único. Consideram-se válidos os atos já praticados no procedimento para obtenção de outorga de autorização desde que não estejam em desacordo com o disposto nesta resolução. <b>Justificativa:</b> Oportuno prever a possibilidade de adaptação dos contratos de adesão atuais, bem como de convalidação	Sugere-se não acatar	Não há sentido lógico na proposta do contribuinte, uma vez que os processos administrativos que se encontrem em curso serão automaticamente aderidos aos novos procedimentos, em virtude do processo de outorga ainda não ter sido finalizado.



Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			dos atos praticados em processos administrativos que se encontrem em curso na data de aprovação da norma.		
Art. 46. O autorizatário deve observar as disposições legais e regulamentares da Antaq, notadamente as relativas à execução da operação portuária, à modicidade e publicidade dos preços praticados, à prestação de serviço adequado e à efetividade dos direitos dos usuários, assim como os termos e as condições expressas ou decorrentes do contrato de adesão, sob pena de seu descumprimento implicar a cominação de sanções administrativas, nos termos da norma que disciplina o processo administrativo sancionador da Antaq.	43	SINDICOM (336329850001 27)	Art. 46. O autorizatário deve observar as disposições legais e regulamentares da Antaq, assim como os termos e as condições expressas ou decorrentes do contrato de adesão, sob pena de seu descumprimento implicar a cominação de sanções administrativas, nos termos da norma que disciplina o processo administrativo sancionador da Antaq. <b>Justificativa:</b> Sugerimos a exclusão de parte do dispositivo, visto que a redação proposta indica uma roupagem de serviço público, ao passo que as atividades realizadas em TUPs são de natureza estritamente privada e devem estar pautadas na liberdade da fixação de preços.	Sugere-se não acatar	Viola o inciso II, do Artigo 3º da Lei 12.815/2013
	44	ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADO (193729250001 91)	Art. 46 O autorizatário deve observar as disposições legais e regulamentares da ANTAQ, assim como os termos e as condições expressas ou decorrentes do contrato de adesão, sob pena de seu descumprimento implicar a cominação de sanções administrativas, nos termos da norma que disciplina o processo administrativo sancionador da ANTAQ. <b>Justificativa:</b> O Decreto nº 9.048/2017 prevê a liberdade de preço das atividades bem como a prerrogativa do autorizatário para disciplinar a operação portuária: Art. 35-A O contrato de adesão conterá cláusulas que preservem: (Incluído pelo Decreto nº 9.048, de 2017) I - a liberdade de preços das atividades, nos termos do art. 45 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; e (Incluído pelo Decreto nº 9.048, de 2017) II - a prerrogativa do autorizatário para disciplinar a	Sugere-se não acatar	Viola o inciso II, do Artigo 3º da Lei 12.815/2013

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			operação portuária, nos termos do art. 30 da Lei nº 12.815, de 2013, sem prejuízo das competências da Antaq. (Incluído pelo Decreto nº 9.048, de 2017) Nesse sentido, faz-se necessária a supressão das disposições que conflitam com a liberalidade dada pela Lei nº 12.815, de 2013, bem como pela nova redação do Decreto nº 8.033, de 2013. Ou seja, a redação proposta pela Antaq encontra-se eivada de ilegalidade. O autorizatário, considerando possuir liberdade de preço e prerrogativa para disciplinar a operação portuária, tem o dever cumprir com as disposições contratuais acordadas, não se submetendo a preceitos da administração pública. Isso porque o autorizatário faz investimentos em área própria, gerindo recursos próprios, ou seja, por conta e risco. Desta forma, é indispensável que sejam suprimidas as expressões que interferem na atividade do autorizatário e que vão além do disposto na própria Lei nº 12.815, de 2013, e no Decreto nº 8.033, de 2013.		
ANEXO A - MODELO DE REQUERIMENTO PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÃO PORTUÁRIA	45	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (00394460040798)	4. Recomenda-se que a Antaq Disponibilize, em audiência pública, a minuta de contrato de adesão. <b>Justificativa:</b> A íntegra das contribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) foi consignada por meio do Parecer SEI nº 2/2017/COGTR/SUCON/SEAE-MF, de 19 de dezembro de 2017. O mencionado parecer foi enviado para a Antaq, usando-se o SEI, para o endereço de e-mail disponibilizado no âmbito da presente audiência pública, qual seja: anexo_audiencia72017@antag.gov.br. Quando ao item 4 desta contribuição - realizada no âmbito da presente audiência pública, a Seae/MF reitera o disposto no	Não pertinente.	NÃO CABE ANÁLISE POIS A AUDIÊNCIA PÚBLICA JÁ FOI REALIZADA. SE HOUVER ALGUMA ALTERAÇÃO NA NORMA APRESENTADA E CASO SEJA NECESSÁRIO REALIZAÇÃO DE NOVA AP, ESSE ITEM DEVE SER AVALIADO.

Dispositivo	Nº	Contribuinte	Contribuição/Justificativa	Status	Razões
			Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias nº 278/COGTL/SEAE/MF, de 2013, recomendando que a minuta do contrato de adesão seja apresentada em audiência pública, de forma que “os interessados e a sociedade como um todo poderão avaliar itens mais detalhados, característicos dos contratos e que não aparecem, comumente, em normas gerais”.		